

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
INSTITUTO DO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ENSINO

O teatro na escola: transgressão e mudança. Buscando uma formação integral dos alunos dos Cursos Técnicos de Nível Médio no IF Fluminense *campus* Itaperuna.

EPISTEMOLOGIAS DO COTIDIANO E PRÁTICAS INSTITUINTES
ORIENTADORA: MARISTELA BARENCO CORRÊA DE MELLO

JANEIRO 2016

O teatro na escola: transgressão e mudança. Buscando uma formação integral dos alunos dos Cursos Técnicos de Nível Médio no IF Fluminense *campus* Itaperuna.

1. RESUMO

Este anteprojeto propõe uma investigação sobre o protagonismo juvenil de um grupo de teatro numa escola técnica federal no interior do estado do Rio de Janeiro e os reflexos dessa atuação na formação integral dos alunos do Ensino Médio. Indaga-se de que maneira essa participação efetiva do aluno interfere no seu relacionamento com a escola e com o processo de ensino e aprendizagem a partir do uso da sala do teatro como espaço que se integra a sala de aula, mas rompe com seu modelo estrutural. Pretende-se desenvolver uma pesquisa-ação de acompanhamento das atividades desse grupo avaliando como se opõe ao modelo instituído à medida que estabelece práticas transdisciplinares de ensinar e aprender. A pesquisa buscará ainda observar as parcerias formadas entre alunos de diferentes turmas e cursos e entre alunos e professores e, ou servidores, objetivando desvelar práticas que rompem com a hierarquia tradicional do professor como detentor exclusivo do conhecimento e estabelecem outra relação já discutida por Paulo Freire de que ninguém educa ninguém, os homens se educam em comunhão. O estudo pretende relacionar a linguagem teatral, protagonismo juvenil e a formação integral. A proposta se baseia na premissa de que o teatro contribui numa formação mais autônoma, crítica e reflexiva do estudante.

Palavras-Chave: Teatro, protagonismo juvenil, formação integral.

2. INTRODUÇÃO

O IF- Fluminense, criado pela lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, nasce da transformação do antigo CEFET de Campos dos Goytacazes, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. No artigo 6º desta lei está previsto como uma das finalidades a formação e a qualificação do cidadão para atuar nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. O artigo 7º descreve como um dos objetivos dos IFs ministrar educação profissional prioritariamente nas formas de cursos integrados de Ensino Médio. A educação integral prevista nesta lei conjectura uma conexão entre os conhecimentos ditos propedêuticos e os ditos técnicos profissionalizantes, sem que haja uma justaposição de conteúdos. O preceito é que esses conhecimentos sejam interdisciplinares e superem a dualidade entre os que sabem e os que fazem, tendo o trabalho como princípio educativo.

O *campus* locus da pesquisa, onde atuo como pedagoga, foi inaugurado nesse momento de expansão e transição, no ano de 2009. As discussões para a construção curricular desses cursos de ensino médio integrado foram intensas, pois eram carregadas da herança da escola técnica tradicional (CEFET), marcada por sua excelência em formação profissional, e a nova institucionalidade criada a partir da lei 11.892/2008. A lei ampliava o campo de atuação e definia novas finalidades que desenvolvessem concomitantemente ensino, pesquisa e extensão. O objetivo dos IFs não era só formar técnicos, mas implementar um conjunto de ações com vistas ao desenvolvimento da sociedade. Com a revogação do Decreto 2.208/97 e a promulgação do Decreto 5.154/2004, a formação técnica ganha novo contorno. Propõe uma educação profissional de forma articulada com Ensino Médio em que a integração curricular deve garantir os objetivos de nível médio com as finalidades prevista na LDB 9394/96 e ainda a formação para o trabalho. Como integrar sem fazer uma justaposição de conteúdos? Como garantir essa formação integral que prevê a lei? Como desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão de forma a contribuir com o desenvolvimento local e regional? Como atender às expectativas de alunos e servidores que chegam numa escola em construção? É neste cenário que professores da área técnica, das áreas propedêuticas e demais profissionais envolvidos discutem o currículo a fim de atender a todas essas demandas, que se forma um grupo de teatro, criado por alunos da 1ª turma do Curso Técnico de Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio. O movimento desses alunos para equilibrar este espaço escolar, que naquele momento despontava como tecnicista, já mostrava indícios de que a arte desempenharia um papel importante na sua formação.

Neste contexto de dualidade, entre uma formação fragmentada, disciplinar, herdada nos corpos e discursos dos principais agentes escolares, na sua estrutura curricular, nos desejos orientados para o ‘mercado de trabalho’, para ‘passar no vestibular’, e uma formação progressista a ser oferecida de acordo com a letra da lei dos Institutos Federais, a arte dramática desponta como elemento de criação e transformação. Jovens estudantes se negam à doutrinação de seus corpos, à racionalidade, ao utilitarismo desmedido. Com toda coragem, povoam a escola de temáticas renegadas. Literatura, política, preconceitos, sexualidade, adolescência, amigos, família, escolha profissional, liberdade, autonomia, entre tantos assuntos que nos atravessam. Questionam essa formação técnica instrumentalista e essa definição profissional tão precoce. Reivindicam o direito a serem humanos, complexos em sua

essência, seres dotados de sentimentos, afetividade, desejos, medos, contradição. Estamos tratando aqui de alunos no final da educação básica que segundo a LDB 9394/96 tem como uma de suas finalidades “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”.

Enquanto a escola caminhava em direção à construção de um currículo integrado, que se apresenta, no entanto, como uma colcha de retalhos, formada por um monte de disciplinas desconexas unidas por uma linha muito frágil, que cada vez mais se distanciava do projeto oficial dos IFs, a emergência do grupo teatral fundado por alunos e sua consolidação nos anos seguintes faz-se um evento analisador notável, que há seis anos carece de uma investigação avaliativa institucional no que tange à formação integral destes alunos e a seus efeitos na dinâmica escolar. O grupo de teatro em questão, criado em 2010, foi ganhando força ao longo dos anos, com apoio de alguns servidores, especialmente da pedagoga. Hoje, encontra-se ainda sob sua coordenação na forma de projeto de extensão, e, portanto, o grupo atua dentro e fora do espaço escolar, produzindo diferentes tipos de intervenção artística a partir de demandas de professores, gestores, projetos institucional e de suas próprias demandas. A pedagoga em questão é a mesma que nesse momento se constitui pesquisadora propondo uma observação participante seguindo a metodologia da pesquisa-ação.

Sendo assim, essa pesquisa se justifica pela necessidade de conhecer os caminhos de integração curricular construídos pelo grupo no seu campo de atuação e se esses podem contribuir para alcançar as importantes finalidades previstas na proposta avançada dos IF's. Essa é a principal questão que será abordada nessa pesquisa. Será que a linguagem teatral colabora significativamente na formação integral desses alunos? Pode contribuir na melhoria do ensino? Pode romper barreiras que distanciam professor e aluno no processo de ensino-aprendizagem? Pode contribuir para interdisciplinaridade e para integração curricular? Pode ser ferramenta de aquisição, produção e avaliação de conhecimento? Pode realmente tornar os alunos mais críticos, éticos, autônomos? Que potencialidades podem ser exploradas por meio da linguagem teatral? Esses são alguns questionamentos que suscitam dessa prática.

Essa pesquisa tem como **objetivo** investigar a contribuição do teatro na formação crítica dos indivíduos, buscando compreender as interfaces entre esse protagonismo

juvenil e as práticas instituintes que se estabelecem no espaço escolar, com vistas à formação integral dos alunos, bem como a relação problematizadora que este grupo vem mantendo com a escola.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O teatro na escola é atualmente uma prática bem mais aceita ganhando legitimidade, principalmente a partir da inclusão da Arte como componente curricular obrigatório na LDB9394/96 e do PCN de Arte (1997 p.84) “A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas” e ainda sobre o teatro mais especificamente, “o teatro, no processo de formação da criança, cumpre não só a função integradora, mas dá oportunidade para que ela se aproprie crítica e construtivamente dos conteúdos sociais.” Atualmente tramita no senado a aprovação da Lei 7032/10, já aprovada em caráter conclusivo na Câmara dos Deputados, que estabelece como disciplinas obrigatórias da educação básica as artes visuais, a dança, a música e o teatro. A Lei altera a LDB 9394/96 que atualmente só prevê a música como conteúdo obrigatório do componente disciplinar Arte. Essa mudança corrobora para o reconhecimento da importância do teatro na formação dos indivíduos.

Nas escolas de Ensino Fundamental, principalmente até o 5º ano de escolaridade, o teatro é visto como um elemento que em muito pode contribuir para a formação do aluno. Os alunos preparam peças que tratam dos valores da sociedade, das tradições culturais, costumes religiosos. O que acontece depois dessa etapa com o teatro, que vai perdendo o seu espaço? Vieira (2011, p.13) nos sugere uma hipótese.

Qual será a razão para que em pleno século XXI, algumas escolas ainda sejam reticentes às atividades escolares que envolvam o teatro, quando estas não estão ligadas a festejos institucionalizados? Uma possível resposta para essa questão é o fato de não somente o teatro, mas a arte em geral, ainda serem vistos como uma atividade de lazer ou um mero entretenimento sem maiores consequências.

Essa visão infantilizada do teatro, considerando-o como uma atividade meramente recreativa, ilustrativa e descompromissada com a sociedade, dificulta a percepção de sua contribuição na educação. O teatro é uma linguagem de representação da realidade, da cultura de um povo, sua história, suas contradições, suas lutas, por isso mesmo tem um poder singular de nos transportar para um lugar onde queremos estar e mais ainda, o lugar onde não queremos. Nesse aspecto se encontra seu maior tesouro,

seu caráter revolucionário, seu caráter político, bem colocado por Boal (1975) “todo teatro é necessariamente político, porque políticas são todas as atividades do homem e o teatro é uma delas. Os que pretendem separar o teatro da política pretendem conduzir-nos ao erro – e esta é uma atitude política.” Entender o papel político desta prática dentro da escola, será um ponto importante a ser considerado, observando como o grupo se institui e se consolida nesse espaço e quais as relações de força se deram e se dão na sua construção e ação atualmente.

Paulo Freire em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1987) explicita a contradição entre opressores versus oprimidos em que o primeiro estabelece suas ações no intuito de uma desumanização do segundo fazendo que este se veja como menor, mais fraco e dependente do seu opressor. Romper com essa lógica requer um esforço de ambas as partes, buscando um entendimento de que não há liberdade nem para o opressor nem para o oprimido e a transformação é uma ação coletiva. Nesse sentido, uma das tarefas básicas da educação é fazer o homem compreender que os interesses individuais somente poderão se realizar se estiverem integrados aos interesses coletivos. Nessa obra em particular, o autor foca nas relações de opressão que se dão no espaço escolar. Definindo a educação tradicional como bancária, em que o professor deposita o conhecimento no aluno e o saca numa avaliação; uma relação dura, de um lado o aluno, um ser como a própria etimologia da palavra define: “sem luz”, e do outro o professor que detém todo conhecimento. A educação bancária está longe de deixar de existir e sua manutenção impede práticas libertadoras em que professores e alunos possam crescer juntos nesse processo, desenvolver sua autonomia e pensamento crítico. Nesse aspecto se torna relevante à pesquisa de como se processa as atividades no grupo de teatro, que é coordenado pela pedagoga, mas é co-gerido por alunos, numa relação de gestão coletiva das demandas e da produção do conhecimento. Nessa relação as funções se misturam, se integram, se desfazem, pois não importa mais a posição que cada um ocupa no grupo, mas sim a curiosidade epistemológica de que nos fala Paulo Freire:

A curiosidade como inquietação indagadora como inclinação ao desvelamento de algo (...) não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos. (1996, p. 35)

Assumir-se epistemologicamente curioso é saber que nessa relação ambos são responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem, pois trabalham em conjunto para que ela ocorra. Não basta estimular para que o estudante pesquise, questione. Também o

educador deve se assumir criticamente, avaliando sua prática, indagando-se, permitindo-se vivenciar novas metodologias, novas práticas educativas. O estudante, por sua vez, não pode assumir uma postura apassivada, esperando que alguém o conduza à pesquisa, ao questionamento. Ele mesmo deve estar nesse processo investido de inquietações, possíveis de levá-lo ao movimento constante de aprender. Esse é o estudante do futuro, um aprendente autônomo, capaz de gerir sua aprendizagem. Da utopia de uma outra escola, que segundo a LDB 9394/96 já é possível¹, mas que ainda não se processa na realidade. Para pensar a escola, se faz necessário voltar à ideia do que é educação. A educação precede a existência da escola abrangendo todos os aspectos da vida humana. A escola é o lugar eleito pela sociedade de sistematização dos saberes que devem ser passados para todos, mas ela vai além do instituído.

[A] escola é uma instituição social, historicamente considerada, inserida numa certa realidade na qual sofre e exerce influência. Não é uma instituição neutra perante a realidade social. Deve organizar o ensino, de forma a considerar o papel de cada indivíduo e de cada grupo organizado dentro da sociedade. Sua função, portanto, é preparar o indivíduo proporcionando-lhe o desenvolvimento de certas competências exigidas pela vida social. É também dar-lhe uma compreensão da cultura e uma 'visão de mundo' e prepará-lo para [a] cidadania. Schmidt (1989, p. 12)

A escola, portanto, tem uma função social bem definida, mas que não é uma mera transmissão do saber acumulado, ela tem um papel político, que advém da atividade humana intencional que transforma esse espaço e transcende a educação formal, organizada, em currículos, programas, disciplinas, entre outros. Ela é influenciada e ao mesmo tempo influencia a sociedade. Ela é organizada de forma a atender as demandas da sociedade, mas também transforma essas demandas a partir da atuação dos sujeitos nela envolvidos. Forquin (1993, p. 167), discorre sobre a dimensão simbólica presente na ideia de escola ao defini-la como um: “[...] mundo social, que tem suas características de vida próprias, seus ritmos e seus ritos, sua linguagem, seu imaginário, seus modos próprios de regulação e transgressão, seu regime próprio de produção e de gestão de símbolos”. Essa dimensão apoia a nossa pesquisa, que pretende conhecer essas práticas do grupo de teatro relacionando com a dimensão do currículo formal, ligada à função social da escola de formação técnica e outra vinda dessas práticas que colocam a escola em constante ebulição e construção. Nessa transformação está o nosso olhar. De que maneira esse movimento do grupo, dentro e fora da escola, a

¹“Art. 81. É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas às disposições desta lei.” (BRASIL, 1996).

partir do projeto de extensão, constrói uma realidade própria, capaz de influenciar a realidade social? De acordo com Ardoino e Lourau (2003, p. 21), “os sujeitos podem se posicionar como agentes, atores e autores.” Nessa perspectiva o sujeito agente está ligado à função formal de cada um dentro da instituição, o sujeito ator se liga a ideia de agente, mas a acrescenta, pois é aquele que de fato atua a partir da sua compreensão de mundo e o sujeito autor é aquele que dentro desse espaço encontra formas de propor e criar uma nova realidade no processo educativo que seja reconhecida pelos seus pares. Expõe-se aqui, jovens que transgridem a sua função socialmente estabelecida de aluno tornando-se autores, sujeitos da própria prática, agindo não só porque foram instruídos para, mas porque desejam realizar algo. O grupo na escola se institui com uma atividade fora do currículo, não vale nota, não permite progredir de série ou etapa, mas notoriamente percebe-se o envolvimento destes estudantes, autores de suas práticas, que permeiam e transformam o cotidiano escolar. Assim ao afirmar a incompletude da escola, que não é só o que está posto, mas o que será acrescentando pela ação de cada sujeito, aproxima-se da concepção de uma escola que não apenas reproduz, mas se transforma e se constrói a partir de um contexto histórico concreto, complexo, que forja novas possibilidades de ação e organização da sociedade.

Busca-se com essa pesquisa desvelar a capacidade revolucionária do teatro como prática formativa. Boal (1975) em uma das suas frases célebres nos fala: “Atores somos todos nós, e cidadão não é aquele que vive em sociedade: é aquele que a transforma!” e ainda, “pode ser que o teatro não seja revolucionário em si mesmo, mas não se enganem: ele é um ensaio da revolução!” No teatro o ator dá vida a um personagem, compondo-o com um olhar de mundo particular e outro que é do próprio personagem. Nessa representação o ator pode viver uma história diferente da sua, de fato, assumir uma outra vida, se colocar no lugar do outro e dessa forma aguçar o seu olhar em direção a si mesmo, da sua própria experiência de mundo. Esse movimento carrega uma nova proposta de educação, mais focada no pensamento coletivo, na democratização da escola, na horizontalidade e na coletividade das práticas sociais. Dessa forma o grupo se coloca como um analisador das práticas institucionais, tencionando os conhecimentos advindos da herança dessa relação utilitarista da formação técnica disciplinar contrapondo-a como uma prática que se processa de outra forma. No grupo, estudantes vindos de cursos diversos, se integram e compartilham conhecimentos de física, química, matemática, português, sociologia, entre outros não formais, que se misturam na produção de um espetáculo, desde a elaboração do roteiro, das marcas no palco, da

Encontros semanais com o grupo			X	X	X	X	X	X	X
Encontro com os bolsistas e com o coordenador.		X	X	X	X	X	X	X	X
Entrevistas							X	X	X
2017	01	02	03	04	05	06	07	08	09
Levantamento bibliográfico	X	X	X	X					
Entrevistas				X	X	X	X	X	X
Encontros semanais com o grupo	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Encontro com os bolsistas e com o coordenador.	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Redação da dissertação	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2017 – 2018	10	11	12	01	02	03			
Finalização da dissertação	X	X	X	X					
Entrega da dissertação					X				
Defesa						X			

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação Nacional, 1996.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, 2008.

_____. Decreto nº 5.154 de 2004 (2004). Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências, 2004.

_____- Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39ª 42 da Lei Federal nº9. 394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1997.

_____-Lei7032/10 altera os §§ 2º e 6º do art.26 da Lei Federal nº 9.394/96. Que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir, como conteúdo obrigatório no ensino de Artes, a música, as artes plásticas e as artes cênicas, 2010.

_____.Secretaria de educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: arte. Brasília: MEC/SEF, 1997.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e pesquisa, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

BOAL, Augusto. Teatro do oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1975.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

_____- Pedagogia do Oprimido. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

GRANERO, Vic Vieira. Como usar o teatro na sala de aula. São Paulo, Contexto, 2011.